A morte do Direito

André Farinha

:OO-~

Copyright © by André Luiz Thomaz Farinha

Direitos Autorais reservados de acordo com a Lei 9.610/98

Proibida a reprodução total ou parcial, sejam quais forem os meios ou sistemas, sem prévia autorização do autor.

“Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade” (Rui Barbosa).

Introdução

Caro senhor prefeito, venho por meio desta solicitar a implantação de um ponto de ônibus na rua José Manoel Lopes, especificamente na esquina da rua Professor João Hugo, no bairro Jardim das Cerejeiras. O itinerário que atende a região é o de número 114 (Campo Novo/Terminal General Osório).

Embora haja na via um ponto, distante há três longas quadras, justifico meu pedido apresentando a falta de segurança que existe na redondeza. Ocorre, senhor prefeito, que no trecho compreendido entre o citado ponto e a esquina informada persiste um caminho longo e escuro, falta de iluminação pública, buracos no asfalto e terrenos baldios tomados por lixo e mato alto.

Em virtude deste cenário, prefeito, venho por meio desta solicitar a implantação de um ponto de ônibus no endereço já informado anteriormente. Entendo que a Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), responsável por este tipo de serviço, estão atoladas

de demandas, mas creio que um pedido tão simples como este não vai demorar a ser atendido.

Desde já anseio por uma resposta positiva. Obrigado pela compreensão!

Atenciosamente:

José Rodrigues

Capítulo 1 – O problema

Eu era assessor de imprensa da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran) quando a figura de José Rodrigues entrou no álbum de figurinhas da minha vida. Chefiada pelo diretor-presidente Marcelo Goulart, a pasta se destacava por ser uma das mais movimentadas dentro da estrutura que forma o Executivo Municipal. De fato, e isso serve para todas as cidades do Brasil, problemas envolvendo o trânsito sempre são pautas constantes para os principais jornais.

Entre as principais demandas atendidas no órgão estão ações de tapa-buracos, instalação de semáforos, aplicação de sinalização em vias de conflitos, entre outras deste porte. Na época, o prefeito Tarso de Freitas havia dito que a Agetran seria o coração de sua gestão. Tal afirmação serviu apenas para pressionar o secretário Goulart e também para intensificar o número de solicitações de serviços da Agência.

O diretor-presidente, por sua vez, não demonstrava a pressão que lhe foi imposta. De olho nas eleições que estavam por vir, prevendo sua candidatura para vereador da Capital, Marcelo Goulart se esforçava para atender as demandas, inclusive as mais complicadas e que exigiam um investimento maior por parte do Município, como a retirada de uma complicada rotatória e a construção de um viaduto no lugar.

A gestão de Goulart tinha tudo para entrar na história como uma das mais eficientes na Agetran, no entanto, ficou marcada por outro fato, lamentável, diga-se de passagem. Ganância, hipocrisia, orgulho, não sei ao certo qual foi o pecado cometido por Marcelo que culminou naquele terrível erro e no triste fim de sua vida política.

Bem, a história começa num final de tarde, foi quando José Rodrigues cruzou a porta de entrada da sede da Agetran pela primeira vez. Na recepção, foi atendido por um dos mirins, adolescentes que fazem estágio em órgãos públicos. O sujeito, que sempre acreditei ter uns 30 anos de idade, trazia em sua mão um ofício. O

documento era direcionado a Marcelo Goulart e ao prefeito Tarso de Freitas, nas mais de quinze linhas do texto havia um pedido especial e pouco requisitado até então.

Antes de prosseguir com este enredo é necessário acrescentar uma informação importante: quando assumiu a Prefeitura, Tarso de Freitas havia prometido aos eleitores que todos os seus secretários iriam atender pessoalmente os moradores quando estes fossem até as secretarias solicitar algo. Pois bem, o ato não era cumprido exatamente conforme determina as suas entrelinhas, na verdade, quando algum morador aparecia na Agetran, por exemplo, para tentar falar com o secretário responsável, era eu quem atendia.

O mirim cumpriu com sua obrigação, levou o senhor José Rodrigues até a minha sala para que pudéssemos conversar pessoalmente. Quando o vi pela primeira vez, confesso, assustei. O pobre homem tinha educação de primeira classe, mas a aparência escondia a pureza e a inocência de seu coração.

Magro, alto e forte, usava uma camiseta branca manchada de terra e tinha a calça com buracos na altura dos joelhos e na barra. Trazia nas mãos, além do envelope marrom, um chapéu de couro e as botas pretas – sim, ele retirou as botas dos pés quando entrou no prédio. ─ Em que posso ajudar? – perguntei, repetindo o ritual que faço sempre quando alguém aparece procurando por atendimento.

─ Boa tarde! ─ respondeu, com os olhos arregalados e aparentando nervosismo. ─ Boa tarde! Senhor secretário, eu vim lhe pedir um favor. ─ iniciou, esticando o braço para entregar o documento que trazia em mãos. ─ Gostaria que o senhor mandasse colocar lá na rua de casa um ponto de ônibus. ─ declarou, com a voz trêmula.

─ Um ponto? Um ponto de ônibus? ─ perguntei, não acreditando no pedido que havia acabado de ouvir.

─ É isso mesmo, senhor! ─ respondeu, mantendo a posição diante de mim. O sujeito permaneceu de pé o tempo todo, segurava o chapéu

e as botas e não se mexia, limitando-se a dizer apenas o que lhe era perguntado.

— Por que quer um ponto neste local? — Questionei, não só por curiosidade, mas para manter o diálogo. — Até onde sei, há um ponto neste trecho, não é verdade?

— É verdade sim, senhor! — disse, balançando a cabeça positivamente. — Mas o ponto está há três quadras acima do cruzamento com a Rua Professor João Hugo, onde fica minha casa. E também, senhor, entre o ponto e a casa não tem iluminação na rua e existem vários terrenos baldios tomados pelo mato. É muito perigoso para quem desse lá em cima e precisa seguir o restante do trecho a pé.

— Entendo! — respondi, retirando o oficio de dentro do envelope. O documento estava bem formalizado, embora continha diversos erros de português; além do endereço correto e específico para a instalação do ponto de ônibus, também havia a justificativa para o pedido e fotos do percurso descrito por ele, comprovando as referidas informações.